EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 138/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026	
SETOR SOLICITANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE BOMBAS, MOTORES ELÉTRICOS E BOMBEADORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS, ABRANGENDO A SEDE, DISTRITOS, POVOADOS E COMUNIDADES DA ZONA RURAL, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E BOMBEAMENTO DE ÁGUA E ASSEGURAR A CONTINUIDADE E REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO À POPULAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA
TIPO:	MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
VALOR PREVISTO:	R$ 281.197,51 (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).
EXCLUSIVIDADE REGIONAL?	SIM, PROCESSO EXCLUSIVO PARA EMPRESAS DO CENÁRIO DA GEOPOLITICA ESTADUAL: PARTICIPAÇÃO RESTRITA A EMPRESAS SEDIADAS EM MUNICIPIOS DO SERTAO CENTRAL, NOS TERMOS ART 5º, II, DO DECRETO MUNICIPAL 039/2025.

DA SESSÃO PÚBLICA:	
LOCAL:	https://bll.org.br/
CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:	Até o dia 04 de dezembro de 2026 às 23h59Min
ABERTURA DE PROPOSTAS:	Dia 07 de dezembro de 2026 a partir das 08h00Min
FASE DE DISPUTA DE LANCES:	Dia 07 de dezembro de 2026, as 09h00Min
REFERENCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o Horário de Brasília - DF. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.	
LOCAL DE ACESSO AO EDITAL E ANEXOS:	https://bll.org.br/ https://www.gov.br/pncp/pt-br https://serrita.pe.gov.br/licitacao.php
COMUNICAÇÃO COM O ÓRGÃO LICITANTE:	Qualquer pedidos de esclarecimentos, informações,

	impugnações ao instrumento convocatório, recursos e contrarrazões deverá ser formulada por escrito, protocolada preferencialmente em campo próprio do sistema onde será realizado certame.
LEGISLAÇÃO APLICADA:	Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril e demais dispositivos legais aplicáveis a presente licitação.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - PE, situada à Rua Barbosa Lima, 63, Centro, , Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Cadastrada no CNPJ do MF sob o nº 11.206.759/0001-41, por intermédio do Agente e Contratação e Membros da equipe de apoio designados pela Portaria n° 001 de 02 de janeiro de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados que, no dia e hora abaixo indicados, será realizada Licitação na modalidade **PREGAO ELETRÔNICO**, através do site https://bll.org.br/**,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto **AQUISIÇÃO DE BOMBAS, MOTORES ELÉTRICOS E BOMBEADORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS, ABRANGENDO A SEDE, DISTRITOS, POVOADOS E COMUNIDADES DA ZONA RURAL, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E BOMBEAMENTO DE ÁGUA E ASSEGURAR A CONTINUIDADE E REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO À POPULAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal https://bll.org.br/, que permite a participação dos interessados neste certame.

2.1.1. Após efetuar login no sistema, o licitante poderá realizar o download do arquivo do Edital e, subsequentemente, prestar as declarações exigidas, encaminhar sua Proposta de Preços Inicial, bem como atender às demais exigências deste instrumento, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, sempre, as datas e horários estabelecidos.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O presente processo será de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Decreto Municipal 039/2025 e do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.5.1 deste Edital.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.5.2. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *Valor unitário ou desconto. (mensal, unitário etc., conforme o caso) e. (anual, total) do item;*

4.1.2. Marca;

4.1.3. *Fabricante (SE FOR O CASO);*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento

da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 01. (um) centavo.*

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatada com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº

14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. Contiver vícios insanáveis;

6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante;*

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos

legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação e deverão ser anexados após a fase de disputa de lances, onde o será concedido o prazo de 02 (duas horas) para envio das documentações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

a) Da Habilitação Jurídica:

a.1) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor (consolidado), devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada dos documentos de eleição de seus administradores;

a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

a.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

a.4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

a.5) Documento (s) oficial (is) com foto do (s) Sócio (s) /Administrador (es);

b) Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:
b.1) Cópia do Cartão de inscrição no **CNPJ**/MF;
b.2) Prova de regularidade fiscal junto a **Fazenda Municipal** de seu domicílio;
b.3) Prova de regularidade fiscal junto a **Fazenda Estadual** de seu domicílio;
b.4) Prova de regularidade fiscal junto a **Fazenda Federal** de seu domicílio;
b.5) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
b.6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - **CNDT**;

c) Da Qualificação Econômico-financeira:

c.1) Certidão Negativa de **Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

d) Das Declarações:

d.1) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7° da Constituição Federal.

d.2) Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da conformidade de sua proposta com as exigências do edital conforme a lei federal 14.133/21.

d.3) Declaração de inexistência de fatos superveniente Impeditivo da habilitação, apresentada em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, Anexo VII deste Edital.

e) Da Qualificação Técnica

e.1) A licitante deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens semelhantes aos ora licitados, em características, quantidades e prazos compatíveis.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8. OUTRAS EXIGENCIAS

8.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2. O licitante poderá apresentar, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.3. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.4. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta

com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.6.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.1.

8.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.serrita.pe.gov.br/.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou.

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. Fraudar a licitação

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como

pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo site **www.bllcompras.com**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites https://www.serrita.pe.gov.br/licitacao.php e **www.bllcompras.com**.

12.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.10.1. ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÕES
12.10.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA
12.10.3. ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
12.10.4. ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

Serrita – PE, 23 de novembro de 2026.

RAIMUNDO LEONILSON BATISTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº_____, com endereço na _____, nº_____, bairro_____, Município de _____.

MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE DE HABILITAÇÃO

DECLARA para fins de participação no procedimento licitatório, que esta pessoa física/entidade atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DECLARA, sob as penas da lei, para surtir efeito junto a Prefeitura Municipal de SERRITA/PE, perante o processo licitatório, que não incide na proibição contida no inciso XXXIII do Art. 7° da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firma a presente.

Local, Data

Assinatura ...

_____

EMPRESA: ...
CNPJ: ...

(COLOCAR O TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de SERRITA/PE, Estado do Pernambuco.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei n° 14.133/21, bem como as cláusulas e condições da Modalidade **Pregão Eletrônico Nº 051/2026**

Declaramos ainda, que não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada Licitação, bem como estamos cientes da obrigatoriedade de informar caso ocorra. Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os produtos/bens especificados no Anexo I- Termo de Referência, caso sejamos vencedor (es) da presente Licitação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBAS, MOTORES ELÉTRICOS E BOMBEADORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS, ABRANGENDO A SEDE, DISTRITOS, POVOADOS E COMUNIDADES DA ZONA RURAL, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E BOMBEAMENTO DE ÁGUA E ASSEGURAR A CONTINUIDADE E REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO À POPULAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

Valor Total da Proposta: R$ .....(.....)
Proponente: .....
Endereço: .....
CNPJ: .....
Data da Abertura: .....
Horário de Abertura:
Prazo de Entrega: Conforme Edital e Contrato.
Validade da Proposta: 60(sessenta) dias.

Data/Local: .....

.....
Assinatura do Proponente

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

CONTRATO Nº 000/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA PE A EMPRESA ____.

Pelo presente instrumento, de um lado O MUNICIPIO DE SERRITA/PE (PREFEITURA MUNICIPAL), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Cadastrada no CNPJ do MF sob o no 11.361.250/0001-73, com sede na Rua Barbosa Lima, 63, Centro, Serrita (PE), CEP 56.140-000, neste ato representado pelo Prefeito do Município, ..., e do outro a empresa , com sede na , n.º , Bairro , CEP: , no Município de , Estado de , inscrita no C.N.P.J. sob o n.º , doravante denominada CONTRATADA, por meio de seu(sua) representante legal, Sr. , portador(a) da Cédula de Identidade R.G. n.º SSP/PE, inscrito(a) no C.P.F. sob o n.º , considerando-se a proposta mais vantajosa em razão da proposta ofertada no processo, resolvem celebrar este contrato, na melhor forma de direito público e das disposições de direito privado, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO

1.1. O presente contrato é firmado com base a Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, sendo regido pela citada Lei.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se à todos os termos da Pregão Eletrônico n.º 051/2026 identificado no preâmbulo, especialmente ao Termo de Referência, Edital e seus demais anexos, bem como à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE BOMBAS, MOTORES ELÉTRICOS E BOMBEADORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SERRITA/PE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS, ABRANGENDO A SEDE, DISTRITOS, POVOADOS E COMUNIDADES DA ZONA RURAL, VISANDO GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E BOMBEAMENTO DE ÁGUA E ASSEGURAR A CONTINUIDADE E REGULARIDADE DO ABASTECIMENTO À POPULAÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Este Termo de Contrato terá vigência, contada da data da assinatura, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogada sucessivamente nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1. O valor da contratação é de R$ ( ), conforme respectiva proposta apresentada pela Contratada e discriminada no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1						

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme disposto no art. 63º, §1, da Lei Federal nº14.133/21.

4.3. O pagamento será realizado na forma e prazo assim como disposto no Termo de Referência;

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Serrita/PE para o corrente exercício de 2026 conforme classificação abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO
0210 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS
20 122 0403 1984 0000 – AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS MÓVEIS DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS
Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
6.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO EQUILÍBIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A Administração poderá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme art. 124, inciso II, letra “d” da Lei 14.133/2021.

7.1.1 Para a efetivação do que trata o item anterior, deverá a Contratada apresentar requerimento formal a Administração Municipal solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) preço(s) do item(ns) que se fizer(em) necessário(s) para a justa remuneração do(s) fornecimento(s), devendo o referido pedido ser acompanhado da(s) nota(s) fiscal (is) de entrada da(s) mercadoria(s), do período compreendido entre a data da contratação e da solicitação, que será formalizado através de Termo Aditivo.

7.2. Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 5% (cinco por cento) do valor proposto na licitação não será configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo preço contratado. Percentuais superiores aos 5% (cinco por cento) estabelecidos serão avaliados pela Administração para concessão do reequilíbrio contratual ou não.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do presente Termo de Contrato será exercida pelo fiscal de contratos, com a supervisão do gestor de contratos, os quais acompanharam todos os atos

anotando em registro próprio as eventuais ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1- A Contratada para fenecer o (s) produto (s), objeto do presente Contrato, obrigar-se-á:

9.1.1. Cumprir fielmente as disposições contidas no Termo de Referência e entregar os produtos na forma e prazo nele estipulados.

9.1.2. As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.

9.1.3. Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

9.1.4. Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

9.2 - A Contratante obrigar-se-á a:

9.2.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do Termo de Referência e no contrato;

9.2.2. Rejeitar os produtos que não satisfazerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

9.2.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

9.2.4. Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

9.2.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155, a Lei 14.133/2021, a CONTRATADA que:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos Ls públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

10.2. A Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

10.2.2. Multa de:

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de

forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia de reforço ou por ocasião de prorrogação, observado o máximo de 1,4% (um vírgula quatro por cento), sem prejuízo à rescisão do contrato decorrido o prazo máximo de 20 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até três anos;

10.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste TR.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.2, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato até o limite de 5% do valor licitado
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato até o limite de 7% do valor licitado
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato até o limite de 10% do valor licitado
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato até o limite de 15% do valor licitado
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato até o limite de 30% do valor licitado

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, inclusive induzindo deliberadamente a erro no julgamento e praticando atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	
	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação	
	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar o contrato, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar o que determinado pela fiscalização, por fornecimento e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados o fornecimento, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia.	1

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades acima, a hipótese prevista no art. 160, da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:
10.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
10.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
10.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente;
10.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
10.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração do procedimento adequado;
10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
10.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, conforme art. 161 da Lei 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 e incisos da Lei nº 14.133/2021.
11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:
12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
12.1.2. Interromper a execução do contrato sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
12.1.3. A subcontratação da execução dos serviços.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Códigos de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios (AMUPE), no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como o seu inteiro teor na transparência do site da Prefeitura Municipal de Serrita/PE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Serrita/PE para dirimir os litígios que decorreram da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes e por duas testemunhas.

Serrita/PE, ___ de _____ de 2026.

....

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) ..... CPF .....

2) ..... CPF .....

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA
(LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, especificações, quantitativos, requisitos técnicos e obrigações necessários à contratação de fornecedor(es) para o fornecimento de bombas, motores elétricos e bombeadores destinados à manutenção dos sistemas de abastecimento de água do Município de Serrita/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos.

O documento foi elaborado com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo orientar a seleção da proposta mais vantajosa e a execução do fornecimento, observados os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da isonomia, da transparência, da competitividade e do interesse público.

2. OBJETO

Aquisição de bombas, motores elétricos e bombeadores, destinados à manutenção preventiva e corretiva, reposição e substituição de equipamentos dos sistemas de abastecimento de água do Município de Serrita/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, abrangendo a sede, distritos, povoados e comunidades da zona rural, visando garantir o adequado funcionamento dos sistemas de captação e bombeamento de água e assegurar a continuidade e regularidade do abastecimento à população, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Serrita/PE possui extensa área territorial e diversas localidades urbanas e rurais que dependem de sistemas de captação, bombeamento e distribuição de água para atendimento das necessidades básicas da população. Em várias comunidades, o abastecimento é realizado por meio de equipamentos eletromecânicos, especialmente bombas, motores elétricos e bombeadores, cuja operação contínua está sujeita a desgaste natural, falhas técnicas, avarias e necessidade de substituição.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos é responsável por desenvolver e apoiar ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos e ao atendimento das demandas de abastecimento de água no âmbito municipal. Para desempenhar essas atribuições, necessita dispor de equipamentos adequados e compatíveis com as características dos sistemas existentes, de modo a permitir a pronta reposição de componentes essenciais quando ocorrerem falhas ou interrupções.

A indisponibilidade de bombas, motores e bombeadores para substituição pode ocasionar paralisação ou redução da capacidade de funcionamento dos sistemas, comprometendo o fornecimento de água e causando transtornos à população, especialmente nas comunidades rurais que dependem diretamente dessas estruturas.

A contratação busca, portanto, assegurar condições materiais para a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, reduzir o tempo de resposta às ocorrências, evitar interrupções prolongadas e preservar a continuidade de serviço público essencial. A aquisição planejada também permite à Administração atender às demandas de forma organizada, conforme a necessidade efetivamente identificada e a disponibilidade orçamentária.

A contratação pelo período de 12 (doze) meses justifica-se pela natureza recorrente das demandas de manutenção e reposição, cuja ocorrência e quantidade podem variar conforme o estado de conservação, o tempo de uso, as condições de operação e as características técnicas de cada sistema de abastecimento.

Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se necessária e de interesse público, contribuindo para a segurança operacional dos sistemas de abastecimento e para a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados à população de Serrita/PE.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação observará a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os dispositivos relativos à fase preparatória, à definição do objeto, ao termo de referência, à seleção do fornecedor, à execução contratual, à fiscalização, ao recebimento e às sanções administrativas.

Serão observadas, ainda, no que couber, a Lei Complementar nº 123/2006, as normas técnicas brasileiras aplicáveis aos equipamentos, as regras de segurança elétrica e as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

A modalidade, o critério de julgamento, a forma de fornecimento e eventual adoção do Sistema de Registro de Preços deverão ser definidos nos documentos da fase preparatória e no instrumento convocatório, conforme a caracterização da demanda e a legislação aplicável.

5. DIAGNÓSTICO DA DEMANDA

Os sistemas de abastecimento de água atendidos pelo Município possuem equipamentos de bombeamento sujeitos a condições variadas de operação, incluindo tempo de funcionamento, frequência de acionamento, características da fonte hídrica, profundidade de captação, vazão requerida e condições da rede. Tais fatores influenciam diretamente a vida útil e o desempenho de bombas, motores elétricos e bombeadores.

As necessidades de substituição não ocorrem necessariamente de forma simultânea ou previsível. Podem decorrer de queima de motores, desgaste de componentes, perda de rendimento, falhas elétricas ou mecânicas, danos decorrentes das condições de operação e necessidade de adequação do equipamento às características do sistema.

A ausência de disponibilidade de equipamentos compatíveis pode prolongar o tempo de manutenção e dificultar o restabelecimento do abastecimento. Por essa razão, é necessário planejar a aquisição de itens que atendam aos diferentes sistemas existentes, com especificações individualizadas e compatíveis com os levantamentos técnicos realizados pela Secretaria requisitante.

Os quantitativos deverão ser definidos com base no histórico de consumo e substituições, no levantamento dos equipamentos instalados, nas demandas informadas pelas comunidades, na avaliação técnica da Secretaria e na previsão de necessidades para o período de 12 (doze) meses. A planilha de itens deverá discriminar cada equipamento, sua especificação, unidade de fornecimento e quantidade estimada.

A contratação não pressupõe a substituição indiscriminada de equipamentos em funcionamento, mas a disponibilidade de bens para atender às necessidades efetivamente verificadas, mediante solicitação formal e justificativa do setor competente.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no fornecimento de bombas, motores elétricos e bombeadores novos, sem uso anterior, destinados à reposição ou substituição dos equipamentos dos sistemas de abastecimento de água sob acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos.

O fornecimento deverá ocorrer de acordo com as especificações e quantidades definidas na planilha deste Termo de Referência, mediante emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. A Administração poderá solicitar os itens de forma parcelada, conforme a necessidade identificada, respeitados os quantitativos contratados e a vigência estabelecida.

Os equipamentos deverão ser compatíveis com a finalidade a que se destinam e atender aos parâmetros técnicos indicados para cada item, especialmente quanto à potência, tensão, frequência, número de fases, vazão, altura manométrica, diâmetro, tipo de instalação, materiais construtivos e demais características pertinentes, quando aplicáveis.

A solução compreende o fornecimento dos equipamentos, seu transporte até o local indicado pela Administração, a entrega acompanhada da documentação técnica pertinente e a garantia contra defeitos de fabricação, sem incluir serviços de instalação ou manutenção, salvo se expressamente previstos na planilha e no instrumento contratual.

A aquisição de equipamentos novos, com garantia e procedência comprovada, busca reduzir riscos de falhas prematuras, assegurar desempenho adequado e proporcionar maior confiabilidade aos sistemas de abastecimento.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1. Requisitos gerais dos equipamentos

- Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização, recondicionamento, recuperação ou adulteração.

- Deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento, livres de defeitos, avarias, corrosão incompatível com o produto ou danos decorrentes do transporte.
- Deverão corresponder integralmente às especificações mínimas descritas na planilha de itens, sendo vedada a substituição por equipamento de características inferiores.
- Deverão possuir identificação do fabricante, modelo, número de série ou lote, quando aplicável, bem como placa ou etiqueta com os dados técnicos exigidos pelo padrão do produto.
- Deverão acompanhar manuais, catálogos, fichas técnicas e orientações de operação e manutenção, em língua portuguesa sempre que disponibilizados pelo fabricante.
- Os equipamentos elétricos deverão observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, inclusive quanto à tensão, frequência, isolamento, proteção e condições de instalação.
- A proposta deverá informar marca, fabricante e modelo ofertados, quando existentes, permitindo a verificação objetiva de conformidade, sem que isso implique direcionamento a marca específica.
- Não serão aceitos produtos usados, recondicionados ou que apresentem divergência em relação à especificação aceita.

7.2. Especificações individualizadas

As características técnicas de cada bomba, motor elétrico e bombeador deverão ser descritas individualmente na planilha de itens, de acordo com a necessidade dos sistemas de abastecimento atendidos pelo Município. Conforme a natureza de cada equipamento, deverão ser informados, quando aplicáveis:

- tipo e aplicação do equipamento, inclusive se submersível, centrífugo ou de outra configuração tecnicamente necessária;
- potência nominal do motor, expressa em CV ou kW;
- tensão de alimentação, frequência e número de fases;
- vazão nominal e faixa de operação requerida;
- altura manométrica total ou pressão de operação;
- diâmetro de instalação, recalque e conexão;
- profundidade ou condição de instalação, quando pertinente;
- material de fabricação dos componentes em contato com a água e resistência à corrosão;
- grau de proteção, classe de isolamento e demais características elétricas relevantes;
- compatibilidade com tubulações, instalações e demais componentes existentes no sistema.

As especificações deverão ser estabelecidas a partir de levantamento técnico da Secretaria requisitante, evitando exigências desnecessárias ou excessivamente restritivas. A indicação de parâmetros mínimos deverá guardar relação direta com a finalidade e as condições de funcionamento de cada sistema.

7.3. Garantia e assistência

Os equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo mínimo indicado na planilha ou, na ausência de indicação específica, pelo prazo oferecido pelo fabricante, observado o prazo legal aplicável. Durante a garantia, a contratada deverá providenciar, sem ônus para o Município, a substituição ou solução dos defeitos cobertos, inclusive custos de transporte.

A garantia não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades constatados no recebimento ou durante o período legalmente aplicável.

8. CONDIÇÕES E LOCAL DE FORNECIMENTO

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, mediante solicitação formal, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pelo setor competente.

A entrega deverá ocorrer no endereço indicado na ordem de fornecimento, preferencialmente em local designado pela Secretaria requisitante no Município de Serrita/PE, podendo a Administração indicar outro ponto de recebimento dentro dos limites territoriais do Município, conforme a necessidade operacional.

O prazo máximo para entrega será de [INFORMAR] dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido no edital ou contrato. Eventual pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes do vencimento, devidamente justificado e sujeito à aprovação da Administração.

As despesas com embalagem, carga, transporte, descarga, seguros e demais custos necessários à entrega correrão por conta da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município.

A contratada deverá comunicar previamente a data prevista para entrega, de modo a permitir o acompanhamento e a conferência dos produtos pelo servidor responsável.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE

Sempre que compatível com o objeto e sem prejuízo da competitividade, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade, incluindo a preferência por produtos duráveis, com eficiência energética adequada, menor geração de resíduos e possibilidade de manutenção ou substituição de componentes.

A contratada deverá observar as normas de acondicionamento, transporte e destinação de embalagens, responsabilizando-se pelos danos ambientais decorrentes de sua atuação. As exigências ambientais específicas serão aplicadas quando pertinentes à natureza dos produtos fornecidos.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o cumprimento das condições contratuais e registrar as ocorrências relevantes.

Compete ao fiscal do contrato, entre outras atribuições:

- acompanhar as ordens de fornecimento e os prazos de entrega;
- conferir quantidade, marca, modelo, identificação e características técnicas dos equipamentos entregues;
- verificar a integridade dos produtos e a documentação que os acompanha;
- registrar ocorrências, solicitar esclarecimentos e notificar a contratada quanto a irregularidades;
- recusar, total ou parcialmente, produtos em desacordo com o Termo de Referência;
- atestar as notas fiscais somente após a confirmação do recebimento e da conformidade;
- encaminhar ao gestor do contrato as situações que demandem decisão ou providência fora de sua competência.

O gestor do contrato ficará responsável pela coordenação dos atos de acompanhamento, controle de prazos, instrução de eventuais alterações, aplicação dos procedimentos administrativos cabíveis e encaminhamento das informações necessárias à autoridade competente.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

O recebimento dos equipamentos observará o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e ocorrerá, conforme o caso, da seguinte forma:

I – Recebimento provisório: no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações, quantidades e condições exigidas.

II – Recebimento definitivo: após a conferência e verificação da qualidade, quantidade, funcionamento aparente, identificação e demais requisitos, mediante registro ou atesto do servidor responsável.

A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou desconformidades posteriormente constatadas, nos limites da legislação aplicável.

Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, divergências de especificação, ausência de componentes ou documentação exigida poderão ser recusados. A contratada deverá substituí-los, às suas expensas, no prazo máximo de [INFORMAR] dias úteis, contado da notificação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

A Administração poderá realizar diligências e solicitar catálogos, fichas técnicas ou outros documentos do fabricante para confirmar a conformidade dos produtos ofertados ou entregues.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer os equipamentos em conformidade com este Termo de Referência, com a proposta aceita e com o instrumento contratual.
- Entregar produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições e devidamente acondicionados.
- Cumprir os prazos e locais de entrega estabelecidos nas ordens de fornecimento.
- Responsabilizar-se por todos os custos de transporte, seguro, carga, descarga, embalagem e demais despesas necessárias ao fornecimento.
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os produtos recusados ou que apresentem defeitos ou desconformidades.
- Disponibilizar documentos técnicos e informações necessárias à identificação e utilização adequada dos equipamentos.
- Manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão de culpa ou dolo na execução do contrato.
- Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a qualidade do fornecimento.
- Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e previamente autorizadas, quando cabível.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir as ordens de fornecimento de acordo com a necessidade e os quantitativos contratados.
- Prestar à contratada as informações necessárias ao correto cumprimento do fornecimento.
- Disponibilizar servidor responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos produtos.
- Verificar a conformidade dos equipamentos entregues e comunicar formalmente eventuais irregularidades.
- Efetuar o pagamento devido, desde que cumpridas as condições contratuais e legais.
- Aplicar as medidas administrativas e sanções cabíveis quando constatado descumprimento das obrigações.
- Proporcionar condições para que a contratada realize a entrega no local indicado.

14. ESTIMATIVA DO VALOR E PESQUISA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação foi definido mediante pesquisa de preços realizada na fase preparatória do ETP, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

15. QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PALNILHA MÁXIMA DE PREÇOS

ITENS	PRODUTOS	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	**BOMBA SUBMERSA TIPO PALITO – 1,5 CV – MONOFÁSICA – 220 V**	Bomba submersa tipo palito, destinada ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com potência nominal de 1,5 CV, motor elétrico monofásico, tensão de alimentação de 220 V, frequência de 60 Hz, sistema de bombeamento centrífugo multiestágio, construção compacta e cilíndrica, corpo em aço inoxidável ou material resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, rotores e difusores fabricados em material resistente ao desgaste, proteção adequada para funcionamento submerso, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, adequada para instalação em poços tubulares, acompanhada dos componentes necessários ao seu funcionamento. Equipamento novo, sem uso anterior, com manual de instruções e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	25	1.113,27	27.831,75
02	**MOTOR SUBMERSO – 1,5 CV – MONOFÁSICO – 220 V**	Motor elétrico submersível, com potência nominal de 1,5 CV, alimentação monofásica, tensão de funcionamento de 220 V, frequência de 60 Hz, desenvolvido para acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em contato com água, proteção contra infiltração e umidade, compatível com bombas submersas tipo palito de potência correspondente, devendo possuir dimensões e acoplamento compatíveis com o conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	20	1.077,79	21.555,80
03	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL3 – 10 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, modelo de referência 4BPL3, com 10 (dez) estágios de bombeamento, sistema hidráulico centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em material resistente ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor submerso de 1,5 CV, monofásico, 220 V, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	20	575,00	11.500,00
04	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL6 – 8 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL6, composto por 8 (oito) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso de potência e dimensões correspondentes, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima	UND.	10	549,33	5.493,30

		de 12 (doze) meses.				
05	**MOTOR SUBMERSO – 2 CV – MONOFÁSICO – 220 V**	Motor elétrico submersível, com potência nominal de 2 CV, alimentação monofásica, tensão de funcionamento de 220 V, frequência de 60 Hz, desenvolvido para acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões e especificações técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	06	1.310,79	7.864,74
06	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL3 – 13 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL3, composto por 13 (treze) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	06	577,79	3.466,74
07	**MOTOR SUBMERSO – 3 CV – MONOFÁSICO – 220 V**	Motor elétrico submersível, com potência nominal de 3 CV, alimentação monofásica, tensão de funcionamento de 220 V, frequência de 60 Hz, desenvolvido para acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões e especificações técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	10	1.669,54	16.695,40
08	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL3 – 16 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL3, composto por 16 (dezesseis) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	06	652,67	3.916,02
09	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL6 – 15 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL6, composto por 15 (quinze) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento	UND.	06	718,26	4.309,56

		compatível com motor elétrico submerso de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
10	**MOTOR SUBMERSO – 1 CV – MONOFÁSICO – 220 V**	Motor elétrico submersível, com potência nominal de 1 CV, alimentação monofásica, tensão de funcionamento de 220 V, frequência de 60 Hz, desenvolvido para acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões e especificações técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	15	924,96	13.874,40
11	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL1 – 16 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL1, composto por 16 (dezesseis) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso de 1 CV, observadas as dimensões e características técnicas do conjunto hidráulico, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	15	610,66	9.159,90
12	**MOTOR SUBMERSO TIPO PALITO – 1 CV – MONOFÁSICO – 220 V**	Motor elétrico submersível tipo palito, com potência nominal de 1 CV, alimentação monofásica, tensão de funcionamento de 220 V, frequência de 60 Hz, destinado ao acionamento de bombeadores submersos utilizados em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, diâmetro nominal compatível com instalação em poços tubulares, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação apropriado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico adequado para operação em contato com água, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento mecânico compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões e especificações técnicas do conjunto. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	10	1.037,09	10.370,90
13	**BOMBA CENTRÍFUGA – 3 CV – 4 ESTÁGIOS – ALTA PRESSÃO**	Bomba centrífuga multiestágio, com potência nominal de 3 CV, composta por 4 (quatro) estágios de bombeamento, destinada ao bombeamento e recalque de água limpa, com capacidade para operação em sistemas que exigem alta pressão, motor elétrico de acionamento, alimentação compatível com tensão de 220 V, frequência de 60 Hz, construção robusta, corpo hidráulico fabricado em ferro fundido, aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste, eixo em aço inoxidável ou material equivalente, conexões de sucção e recalque compatíveis com instalações hidráulicas convencionais, sistema de vedação adequado para evitar vazamentos e proteção do motor contra sobrecargas. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	06	4.442,50	26.655,00
14	**BOMBA CENTRÍFUGA – 3**	Bomba centrífuga multiestágio, configuração hidráulica de referência P11, com potência nominal de 3 CV,	UND.	06	5.813,33	34.879,98

	CV – 6 ESTÁGIOS – 3.500 RPM – ALTA PRESSÃO	composta por 6 (seis) estágios de bombeamento, rotação nominal aproximada de 3.500 RPM, destinada ao bombeamento e recalque de água limpa, especialmente para aplicações que exigem elevada pressão, acionada por motor elétrico compatível, alimentação elétrica de 220 V, frequência de 60 Hz, corpo hidráulico fabricado em ferro fundido, aço inoxidável ou material equivalente de elevada resistência mecânica e à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste, eixo em aço inoxidável ou material equivalente, sistema de vedação adequado para evitar vazamentos, conexões de sucção e recalque compatíveis com instalações hidráulicas convencionais. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
15	**BOMBA SUBMERSA – 3 CV – TRIFÁSICA**	Bomba submersa tipo palito, com potência nominal de 3 CV, motor elétrico trifásico, tensão de alimentação compatível com rede elétrica de 220 V ou 380 V, frequência de 60 Hz, destinada ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, sistema hidráulico centrífugo multiestágio, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais e acoplamento adequado ao motor. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	06	1.511,57	9.069,42
16	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL3 – 16 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL3, composto por 16 (dezesseis) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso trifásico de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	03	660,69	1.982,07
17	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL6 – 15 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL6, composto por 15 (quinze) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso trifásico de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	03	773,59	2.320,77
18	**MOTOR SUBMERSO TIPO PALITO – 5 CV – TRIFÁSICO**	Motor elétrico submersível tipo palito, com potência nominal de 5 CV, alimentação trifásica, tensão de funcionamento compatível com rede elétrica de 220 V ou 380 V, frequência de 60 Hz, destinado ao acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento mecânico compatível com	UND.	05	4.022,43	20.112,15

		bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões, potência e características técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
19	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL7 – 18 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL7, composto por 18 (dezoito) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso trifásico de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	05	1.250,40	6.252,00
20	**MOTOR SUBMERSO TIPO PALITO – 6 CV – TRIFÁSICO**	Motor elétrico submersível tipo palito, com potência nominal de 6 CV, alimentação trifásica, tensão de funcionamento compatível com rede elétrica de 220 V ou 380 V, frequência de 60 Hz, destinado ao acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento mecânico compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões, potência e características técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	04	4.251,52	17.006,08
21	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL7 – 24 ESTÁGIOS**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL7, composto por 24 (vinte e quatro) estágios de bombeamento, sistema centrífugo multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso trifásico de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	04	1.551,13	6.204,52
22	**MOTOR SUBMERSO TIPO PALITO – 7,5 CV – TRIFÁSICO**	Motor elétrico submersível tipo palito, com potência nominal de 7,5 CV, alimentação trifásica, tensão de funcionamento compatível com rede elétrica de 220 V ou 380 V, frequência de 60 Hz, destinado ao acionamento de bombas submersas utilizadas em poços tubulares profundos, construção compacta e cilíndrica, corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, eixo em aço inoxidável, sistema de vedação adequado para funcionamento contínuo submerso, isolamento elétrico apropriado para operação em ambiente submerso, proteção contra infiltração e umidade, acoplamento mecânico compatível com bombeadores submersos tipo palito, observadas as dimensões, potência e características técnicas do conjunto hidráulico. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	02	4.514,38	9.028,76
23	**BOMBEADOR SUBMERSO – 4BPL7 – 28**	Bombeador submerso tipo palito, configuração hidráulica de referência 4BPL7, composto por 28 (vinte e oito) estágios de bombeamento, sistema centrífugo	UND.	02	1.686,28	3.372,56

	ESTÁGIOS	multiestágio, destinado ao bombeamento de água limpa em poços tubulares profundos, com corpo fabricado em aço inoxidável ou material equivalente resistente à corrosão, rotores e difusores confeccionados em materiais resistentes ao desgaste e à corrosão, eixo em aço inoxidável, conexão de recalque compatível com instalações hidráulicas convencionais, acoplamento compatível com motor elétrico submerso trifásico de potência correspondente, devendo apresentar desempenho hidráulico adequado à aplicação. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos componentes necessários à instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses.				
24	**BOMBA CENTRÍFUGA – 10 CV – TRIFÁSICA**	Bomba centrífuga destinada ao bombeamento e recalque de água limpa, com potência nominal de 10 CV, acionamento por motor elétrico trifásico, tensão de alimentação compatível com rede elétrica de 220 V ou 380 V, frequência de 60 Hz, sistema hidráulico centrífugo, construção robusta, corpo fabricado em ferro fundido, aço inoxidável ou material equivalente de elevada resistência mecânica e à corrosão, rotor confeccionado em material resistente ao desgaste, eixo em aço inoxidável ou material equivalente, sistema de vedação mecânica adequado para evitar vazamentos, conexões de sucção e recalque compatíveis com instalações hidráulicas convencionais, base de fixação apropriada e proteção do motor contra sobrecargas. Equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado dos acessórios necessários à instalação e funcionamento, manual técnico e garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND.	01	8.275,69	8.275,69
TOTAL GERAL R$						**281.197,51**

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O critério de julgamento deverá ser definido no edital ou instrumento de contratação, recomendando-se, em regra, o menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e demais condições estabelecidas. A adoção de critério diverso deverá ser devidamente justificada no processo, considerando a divisibilidade do objeto, a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

A seleção deverá observar os requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório, exigindo-se documentação compatível e proporcional à natureza do fornecimento, sem restrições indevidas à competitividade.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida no contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Eventual prorrogação somente poderá ocorrer quando juridicamente cabível, mediante justificativa e formalização próprias.

A vigência de 12 (doze) meses não obriga a Administração a adquirir a totalidade dos quantitativos estimados, ficando o fornecimento condicionado às necessidades efetivas, às ordens emitidas e à disponibilidade orçamentária.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, o recebimento e o atesto da nota fiscal pelo servidor competente, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no edital e no contrato, bem como a regular liquidação da despesa.

A nota fiscal deverá discriminar os itens fornecidos, quantidades, valores unitários e totais, em correspondência com a ordem de fornecimento. Havendo erro ou inconsistência documental, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

Serão efetuadas as retenções tributárias exigidas pela legislação vigente, quando cabíveis. Não será realizado pagamento por produtos não entregues, recusados ou não atestados.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, vinculadas à Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, conforme dados abaixo descriminados:

1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA

02 – PODER EXECUTIVO

0210 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS

021010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS

20 – Agricultura

20 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

20 122 0403 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

20 122 0403 1984 0000 – AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/BENS MÓVEIS DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 748.001 – CONCESSÃO COMPESA

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado que incorrer nas infrações previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às sanções legalmente cabíveis, observados a gravidade da conduta, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, conforme o caso, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo da extinção contratual e da obrigação de reparar eventuais danos.

As hipóteses de incidência, os percentuais de multa, os prazos e os procedimentos deverão ser detalhados no edital e no contrato, em conformidade com a legislação.

21. MATRIZ DE RISCOS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

RISCO IDENTIFICADO	FASE	PROBABILIDADE / IMPACTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS

Especificação técnica insuficiente ou incompatível com o sistema existente	Planejamento	Média / Alto	Administração	Realizar levantamento prévio dos equipamentos e das condições dos sistemas; validar as especificações por responsável técnico ou servidor com conhecimento do objeto.
Estimativa de quantitativos inadequada	Planejamento	Média / Médio	Administração	Considerar histórico de manutenção, inventário e demandas das comunidades; justificar os quantitativos no processo.
Atraso na entrega dos equipamentos	Execução	Média / Alto	Contratada	Fixar prazos claros, acompanhar ordens de fornecimento e prever sanções por atraso injustificado.
Entrega de produtos usados, avariados ou em desacordo	Execução	Média / Alto	Contratada	Exigir produtos novos, conferir identificação e especificações, realizar recebimento provisório e definitivo e recusar itens irregulares.
Falha prematura ou defeito de fabricação	Execução / Pós-entrega	Média / Médio	Contratada	Exigir garantia, documentação do fabricante e substituição ou reparo dos produtos cobertos.
Incompatibilidade elétrica ou hidráulica do equipamento	Planejamento / Recebimento	Média / Alto	Administração e Contratada	Detalhar tensão, potência, vazão, altura manométrica, conexões e demais parâmetros; verificar a conformidade antes da aceitação.
Interrupção do abastecimento por demora na reposição	Execução	Média / Alto	Administração e Contratada	Planejar as solicitações com antecedência sempre que possível, monitorar prazos e manter comunicação com o fornecedor.
Indisponibilidade orçamentária ou financeira	Planejamento / Execução	Baixa / Alto	Administração	Verificar a disponibilidade orçamentária e observar os procedimentos de empenho antes de cada fornecimento.

22. ALTERAÇÕES, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As alterações contratuais observarão os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa, autorização competente e formalização por termo aditivo ou instrumento cabível.

O reajustamento, quando aplicável, deverá observar o índice, a data-base e a periodicidade definidos no edital e no contrato, respeitada a legislação. A revisão

para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá da demonstração dos pressupostos legais e da instrução documental pertinente.

23. DA REGIONALIZAÇÃO – SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO E DA COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE FORNECEDORES COMPETITIVOS

23.1. Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 039, de 28 de agosto de 2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) e agricultores familiares nas contratações públicas do Município de Serrita/PE, bem como o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, **a presente contratação adotará o cenário de regionalização correspondente ao Sertão Central de Pernambuco, nos termos do art. 5º, inciso II, do referido Decreto.**

23.2. Para fins de delimitação territorial, considera-se a Região de Desenvolvimento do Sertão Central de Pernambuco, composta pelos seguintes municípios:

I – Cedro;

II – Mirandiba;

III – Parnamirim;

IV – Salgueiro;

V – São José do Belmonte;

VI – Serrita;

VII – Terra Nova;

VIII – Verdejante.

23.3. A adoção da regionalização tem como objetivo incentivar o desenvolvimento econômico e social da região, fortalecer os pequenos negócios locais e regionais, estimular a geração de emprego e renda, ampliar as oportunidades de participação dos empreendedores regionais e promover a circulação de recursos na economia dos municípios abrangidos.

23.4. Em atendimento ao disposto no art. 5º, § 1º, do Decreto Municipal nº 039/2025, foi realizada consulta preliminar a cadastros públicos de empresas, buscando identificar fornecedores sediados no Sertão Central de Pernambuco, com situação cadastral ativa e atividades econômicas compatíveis com o fornecimento dos materiais objeto desta contratação.

23.5. Como resultado da pesquisa, foram identificadas, no Município de Salgueiro/PE, as seguintes empresas com atividades relacionadas ao objeto:

I – ELE ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.874.219/0001-21, enquadrada como Microempresa (ME), com atividade principal de comércio varejista de material elétrico (CNAE 47.42-3-00) e atividade secundária de comércio varejista de materiais hidráulicos (CNAE 47.44-0-03).

II – MABE COMÉRCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.002.030/0001-75, enquadrada como Microempresa (ME), com atividade principal de comércio varejista de materiais de construção em geral (CNAE 47.44-0-99) e atividade secundária de comércio varejista de material elétrico (CNAE 47.42-3-00).

III – 48.551.054 CLEBERSON FERREIRA DE FREITAS, inscrita no CNPJ nº 48.551.054/0001-71, enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), com atividade principal de comércio varejista de material elétrico (CNAE 47.42-3-00).

23.6. As empresas identificadas encontram-se sediadas em município integrante da região delimitada para a contratação e apresentam atividades econômicas relacionadas a parcelas do objeto licitado, considerando a diversidade dos materiais hidráulicos, elétricos e acessórios que compõem a presente aquisição.

23.7. Ressalta-se que a identificação dos fornecedores deverá ser complementada, na instrução processual, pela juntada das respectivas consultas cadastrais atualizadas, comprovantes de enquadramento como MEI, ME ou EPP, quando aplicável, bem como pela verificação da regularidade jurídica e fiscal e da efetiva capacidade de fornecimento dos itens correspondentes.

23.8. Dessa forma, a identificação preliminar de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos sediados na região demonstra a existência de mercado regional potencialmente

apto ao atendimento da contratação, em consonância com a exigência estabelecida no art. 5º, § 1º, do Decreto Municipal nº 039/2025, condicionada à confirmação documental dos requisitos mencionados.

23.9. A aplicação da regionalização deverá observar os princípios da competitividade, isonomia, economicidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na regulamentação municipal.

23.10. Diante do levantamento preliminar realizado, considera-se tecnicamente justificável a adoção do cenário de **participação regional do Sertão Central de**

Pernambuco, nos termos do art. 5º, inciso II, do Decreto Municipal nº 039/2025, ficando sua efetiva aplicação condicionada à confirmação da existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos que atendam integralmente aos requisitos do § 1º do referido dispositivo.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá cumprir todas as disposições deste Termo de Referência, do edital, da proposta aceita e do contrato, prevalecendo, em caso de divergência, a interpretação que melhor preserve a legislação, a finalidade pública e as especificações técnicas formalmente estabelecidas.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis. A participação no procedimento implica ciência e aceitação das condições estabelecidas nos instrumentos da contratação.

Este Termo de Referência integra o processo administrativo e servirá de base para a elaboração do edital, quando cabível, e do instrumento contratual.

Responsável pela elaboração deste documento:

ANTONIO MARTINS NETO

Secretário Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos

Portaria nº 007/2026

EQUIPE DE APOIO:

JOSÉ SENHOR GOMES NETO – SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

PAULO VITOR FERREIRA FERNANDES – DIRETOR DE COMPRAS

Serrita – PE, 17 de Novembro de 2026.

_____

ANTONIO MARTINS NETO
Secretário Municipal
Portaria nº 007/2026